



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

### **ACTA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL**

Aos 30 dias do mês de junho de 2015, pelas 15h00, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### **I PARTE**

**Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, no âmbito do Artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.**

#### **II PARTE**

##### **Reunião ordinária**

##### **1. Informações e outros assuntos**

**2. Apreciação da versão final da proposta do primeiro cartão verde e da carta de Lord Boswell endereçados à Comissão Europeia - os Presidentes das CAE, que assim o desejem, são convidados a subscrever a carta.**

**3. Debate sobre o Projeto de Resolução 1534/XII (BE) - Rejeita o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a UE e os EUA (TTIP).**

**4. Designação da Delegação da CAE à 7.ª Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD): 5 - 6 de setembro 2015, no Luxemburgo.**

**5. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

- a) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões não relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal e Proposta de DECISÃO DO CONSELHO - Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**ACTA NÚMERO 218/XIII/ 4.ª SL**

**matéria penal – COM(2015)84 e 86, objeto de relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

**Deputado Autor do Parecer:** José Soeiro

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

- b) PACOTE UNIÃO DA ENERGIA COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO Uma estratégia-quadro para uma União da Energia resiliente dotada de uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro – COM(2015)80, objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas**

**Deputado Autor do Parecer:** António Cardoso

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

- c) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 116/2009 do Conselho de 18 de dezembro de 2008 relativo à exportação de bens culturais 1 de janeiro de 2011 \_ 31 de dezembro de 2013- COM(2015)144, objeto de relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

**Deputada Autora do Parecer:** Paula Gonçalves

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

- d) RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO SOBRE A APLICAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES GERAIS PARA AS POLÍTICAS ECONÓMICAS DOS ESTADOS-MEMBROS CUJA MOEDA É O EURO – COM(2015)251, objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública**

**Deputado Autor do Parecer:** Carlos Costa Neves

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

- e) RECOMENDAÇÃO DE RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO RELATIVA AO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMAS PARA 2015 DE PORTUGAL e que formula um Parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade para 2015 de Portugal- COM(2015)271, objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**ACTA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL**

**Deputado Autor do Parecer:** Rui Barreto

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

**6. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

**a) RELATÓRIO DA COMISSÃO \_ RELATÓRIO ANUAL 2012-2013 SOBRE A APLICAÇÃO DO REGULAMENTO (CE) n.º 953/2003 DO CONSELHO, DE 26 DE MAIO, destinado a evitar o desvio de certos medicamentos essenciais para a União Europeia – COM(2014)737, objeto de relatório da Comissão de Saúde.**

**Deputado Autor do Parecer:** Cabe ao PSD

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

**b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Alcançar o objetivo de 10 % de interligação elétrica Preparar a rede elétrica europeia para 2020 – COM(2015)82, objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas**

**Deputado Autor do Parecer:** Cabe ao PS

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

**7. Apreciação e votação da Ata n.º 215, referente à reunião de 23 de junho de 2015.**

---

**I PARTE**

**Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, no âmbito do Artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.**

O Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS), que presidiu à reunião, copresidida pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), deu as boas vindas ao Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, bem como aos Senhores Secretários de Estado presentes, dando início à audição.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL

O Senhor Ministro, na sua alocação inicial, começou por manifestar o voto de pesar pela morte recente de uma cidadã portuguesa na Tunísia, resultante de um ato terrorista, a par de outros ataques ocorridos em França e no Kuwait, destacando, depois, o combate ao terrorismo islâmico como uma das prioridades a prosseguir face à situação de destabilização na região do Magrebe e na Síria, bem como a questão dos fluxos migratórios e da necessidade de uma intervenção europeia junto dos países de origem dos migrantes. Referiu, ainda, a situação na Grécia, dos seus reflexos na União e na estabilidade da zona euro, e, por fim, as negociações relativas à Base das Lajes, com resultados que qualificou de bastante satisfatórios, tendo ficado agendada nova reunião para o final do corrente ano.

Numa primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados **Marcos Perestrello (PS)**, questionando em que medida o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros se revê na rotação forçada de diplomatas e da reabertura de embaixadas para colocação de membros do Governo e dos gabinetes ministeriais; **Vitalino Canas (PS)**, para exprimir repúdio pela construção do muro na Hungria, questionando se o Governo português tomou alguma posição em relação a este assunto e em relação às quotas para acolhimento de imigrantes, bem como para frisar a importância da negociação de um acordo com a Grécia, que é a solução de maior interesse para a União Europeia, para o euro e para Portugal; **António Rodrigues (PSD)** para assinalar que os socialistas europeus não têm tido uma posição coincidente em relação à Grécia, realçando em contraponto a solidariedade do Governo português, questionando, por fim, o Senhor Ministro sobre as expectativas para Portugal na questão das Lajes, e ainda, se Portugal está integrado nalgum sistema europeu de prevenção e combate ao terrorismo, sobretudo, face à aproximação gradual do terrorismo islâmico; **Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP)** que aludiu à política de racionalização de meios pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros nos últimos anos e refutou as insinuações de favorecimento na ocupação de postos consulares; **Carla Cruz (PCP)** para questionar se o Senhor Ministro não considera que a emigração portuguesa encontrou no exterior uma diminuição no apoio que vinha sendo prestado pelas autoridades diplomáticas; e **José Soeiro (BE)** para pedir um comentário ao Senhor Ministro sobre a posição do Banco Central Europeu de interferência no referendo na Grécia, não devolvendo os juros que obteve com os

## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL

títulos da dívida grega, bem como para questionar sobre as consequências para Portugal da falta de aceitação pelo Eurogrupo de um acordo com a Grécia e sobre a posição do Governo Português relativamente às propostas em negociação, tendo o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros respondido, individualmente, às questões colocadas.

No âmbito de uma segunda ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados **Paulo Pisco (PS)**, para realçar que tanto as reaberturas de representações como as movimentações foram intencionais e deram origem a custos para o erário público superiores aos que teriam ocorrido em situação normal, ao passo que os recursos humanos nas representações diplomáticas permanecem altamente deficitários e que a solução do problema foi remetida para depois das eleições legislativas, questionando, por fim, acerca dos motivos da ausência de candidatos para as eleições do Conselho das Comunidades, e sobre o ponto de situação da propalada cimeira luso-francesa, dada a relevância que a França tem para a emigração nacional; **Carlos Gonçalves (PSD)** que felicitou a atuação e o esforço do governo na resolução do problema das desvalorizações cambiais, com reflexos nas remunerações do pessoal das representações diplomáticas e que manifestou preocupação pela possibilidade de cidadãos portugueses poderem vir a encontrar a bandeira espanhola no local onde venham a solicitar a emissão de um passaporte português; **Rui Barreto (CDS-PP)** que salientou o papel da diplomacia económica na captação de investimento estrangeiro; **Gabriela Canavilhas (PS)** para questionar a razão pela qual só agora o Governo procede à reabertura da representação junto da UNESCO; **Carla Cruz (PCP)**, para lembrar que o Relatório sobre a emigração referido pelo Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, resultou de uma Recomendação da Assembleia da República, aprovada na sequência de um Projeto de Resolução do PCP, que se refere a dados de 2013, faltando avaliar os de 2014 e 2015 que não foram disponibilizados; **Ricardo Santos (PSD)** para saber se deveríamos olhar para a CPLP como uma comunidade geradora de riquezas, nomeadamente, nos sectores energético, portuário, das telecomunicações e dos transportes e para questionar se estaremos a caminhar para uma lusofonia económica; **José Soeiro (BE)**, para notar a importância em reconhecer que Portugal será o país mais afetado caso não se encontre solução para a Grécia e para perguntar

## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL

se o Governo Português considera que deveria estar em cima da mesa das negociações a reestruturação da dívida e qual a posição sobre a devolução dos lucros que o Banco Central Europeu obteve com os títulos da dívida grega; **Celeste Correia (PS)**, para questionar a posição do Governo sobre a política europeia de migrações oriundas do norte de África, quando se sabe que a União se prepara para instalar 40 mil dos 150 mil refugiados, enquanto a Turquia já acolheu cerca de 2 milhões de refugiados; **António Rodrigues (PSD)** para sublinhar a posição contraditória evidenciada pelo PS acerca da postura portuguesa face à Grécia, perguntando se o Governo pode confirmar se 0,6% da dívida nacional se relacionam com empréstimos àquele país; **Marcos Perestrello (PS)** que reafirmou a sua questão relativamente à nomeação de embaixadores políticos, a qual não teria tido uma resposta séria, e para questionar se o Senhor Ministro reitera ou retira as declarações antes feitas de que a diplomacia seria o único corpo de Estado sólido em Portugal; **Vitalino Canas (PS)**, para explicitar a posição única do PS ao longo do tempo em matérias relativas à construção europeia, sobre o espírito europeu e o futuro da Europa, onde a democracia exige coordenação de posições, tendo de haver uma solução negociada para a situação grega, que será do interesse da Europa e de Portugal; **António Rodrigues (PSD)**, para assinalar que não se encontram nas palavras da maioria nem do Governo Português qualquer posição que rejeite o acordo com a Grécia, nem nas palavras daqueles que têm participado no Eurogrupo, tendo o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros respondido, conjuntamente, às questões colocadas.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a [gravação](#) parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

## II PARTE

### Reunião ordinária

## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL

#### 1. Informações e outros assuntos

O Senhor Presidente da CAE deu início à reunião com as seguintes informações:

- 1.1.** A visita ao Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência em Lisboa estava agendada para o dia 8 de julho, 4<sup>ª</sup>f, das 10h00 às 12h00, com os seguintes tópicos a abordar:
- a) As competências atribuídas e funções desempenhadas pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, em Lisboa;
  - b) As temáticas que o Observatório acompanha e que estão na ordem do dia, nomeadamente no que se refere às que se relacionam com processos legislativos;
  - c) As relações que o Observatório mantém com o Estado português.

Quanto à composição da delegação seria necessária a confirmação dos Senhores Deputados com a maior brevidade para efeitos de reserva de transporte e de comunicação ao Observatório para organização da visita.

- 1.2.** A próxima reunião seria coincidente com o último plenário agendado, isto é, no dia 22 de julho (4<sup>ª</sup>f), tendo em conta que nos dias 6 e 7 realizar-se-iam as jornadas parlamentares do PSD e CDS-PP e de que não haveria iniciativas com prazo a terminar em julho.

Colocado à consideração dos Senhores Deputados sobre qual seria o melhor horário para a realização da reunião, foi deliberado agendar a mesma para o período da manhã, antes do Plenário, indicativamente pelas 12h ou ainda antes se a ordem de trabalhos assim o justificasse.

Até dia 22 de julho, estariam previstas as seguintes reuniões:

02/7/2015, 5<sup>ª</sup>f, 9h15, Senado – Audição do Comissário SEFCOVIC, conjuntamente com Comissão de Economia e Obras Públicas, com a

## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 218/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

presença do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. O tema será o Pacote União de Energia, iniciativa que será apreciada nesta reunião – COM(2015)80.

08/7/2015, 4.<sup>af</sup>, 10h00 – Visita de trabalho ao Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência em Lisboa – saída da AR às 9h45.

09/7/2015, 5.<sup>af</sup>, 09h30 – Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus após Conselho Europeu de 25-26 de junho

11h30 – Audição do Embaixador do Luxemburgo sobre o Programa e Prioridades da Presidência do Conselho da UE

**2. Apreciação de versão final da proposta do primeiro cartão verde e carta de Lord Boswell endereçado à Comissão Europeia - os Presidentes das CAE, que assim o desejem, são convidados a subscrever a carta até ao dia 15 de julho.**

Atendendo ao prazo indicado para manifestações de posições relativas à proposta avançada por Lord Boswell e de modo a permitir a assinatura da carta em tempo, se assim for decidido, seria necessário determinar qual a posição da CAE sobre este assunto ainda antes da próxima reunião, a qual está prevista apenas para o dia 22 de julho.

Colocado à consideração dos Senhores Deputados, foi deliberado que a posição da CAE seria concertada com os Senhores Deputados Coordenadores até ao dia 15 de julho, de acordo com a informação que fosse possível conhecer em relação à posição das demais câmaras parlamentares e à possibilidade de a proposta de cartão verde configurar uma iniciativa conjunta dos Parlamentos nacionais que a subscrevessem.

**3. Discussão do Projeto de Resolução 1534/XII (BE) - Rejeita o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a UE e os EUA (TTIP).**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 218/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

O Projeto de Resolução n.º 1534/XII/4.<sup>a</sup> (BE) – “Rejeita o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América (TTIP)” deu entrada na Assembleia da República em 12 de junho de 2015, tendo baixado à Comissão em 17 de junho de 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Intervieram os Senhores Deputados **José Soeiro** (BE), **António Rodrigues** (PSD), **Rui Barreto** (CDS-PP), **Vitalino Canas** (PS) e **Carla Cruz** (PCP), que debateram o conteúdo do Projeto de Resolução nos seguintes termos:

- **O Senhor Deputado José Soeiro (BE)**, apresentando a iniciativa em referência, mencionou as implicações associadas a este Acordo que está a ser negociado desde 2013 num clima de secretismo, com vista a uma liberalização dos serviços e das regras com impactos, nomeadamente, sobre o ambiente e a segurança alimentar, a liberdade e privacidade na internet, sobre os bens públicos e serviços públicos e sobre o mercado de trabalho. Assinalou, ainda, que os próprios estudos do Governo registam efeitos negativos em todos os setores da economia portuguesa, à exceção do têxtil e mencionou o risco de uma convergência entre os EUA e a UE nos mínimos denominadores comuns poder resultar num nivelamento regulatório pelo padrão mais baixo dos EUA, destacando, por fim, um dos aspetos mais polémicos do Acordo – a questão política do mecanismo de resolução de litígios. Assim, e em conclusão, o presente projeto de resolução pretende que o Governo se retire e rejeite o processo para a criação deste Acordo e que assuma essa rejeição no Conselho Europeu.

- **O Senhor Deputado António Rodrigues (PSD)** pediu a palavra para reiterar o que já antes tinha manifestado em sede de discussão de iniciativa semelhante do PCP [*Projeto de Resolução n.º 1543/XII/4<sup>a</sup> – Pela rejeição do denominado Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)*] discutida na reunião anterior da CAE, no sentido de que seria uma incongruência rejeitar liminarmente um Acordo que ainda não se conhece, do sério risco de acantonamento da Europa em paralelo ao recente avanço das negociações promovidas pelos EUA para a celebração de um acordo comercial com a zona do pacífico, deixando a Europa de fora, bem como da dependência da aprovação pelos Parlamentos nacionais da entrada em vigor

## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL

deste Acordo, uma vez concluído o processo negocial, dada a sua natureza de acordo misto também já reconhecido pela Comissão Europeia. Assim, nesta fase embrionária, concluiu que não se deve afastar este processo de negociação, mas antes participar na sua discussão, realçando a liderança nesta matéria assumida pelo Governo Português.

- **O Senhor Deputado Rui Barreto (CDS-PP)** começou por assinalar a semelhança do presente projeto de resolução com a iniciativa do PCP [*Projeto de Resolução n.º 1543/XII/4ª – Pela rejeição do denominado Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)*] já discutida na reunião anterior da CAE, para retomar as posições já antes manifestadas sobre este tema, nomeadamente sobre o facto de estar em causa a criação da maior zona de comércio livre do mundo, onde Portugal tem uma posição estratégica interessante, pela deslocalização do centro de decisão do centro da Europa para o espaço atlântico, defendendo um maior aprofundamento, monitorização e transparência do processo de negociação do TTIP, mas não subscrevendo a proposta de resolução do GP BE no sentido da sua rejeição liminar.

- **O Senhor Deputado Vitalino Canas (PS)** referiu que já houve pronúncia sobre semelhante iniciativa, apresentada pelo PCP [*Projeto de Resolução n.º 1543/XII/4ª – Pela rejeição do denominado Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)*], discutida na reunião anterior da CAE, frisando, desde logo que, embora compreendesse as preocupações do BE, seria prematuro afastar a possibilidade deste Acordo, quando o mesmo ainda está a ser negociado. Discordando das acusações de secretismo do processo de negociação do TTIP, atento o esforço da Comissão Europeia no sentido de assegurar a respetiva transparência, esforço relativamente inglório dada a tecnicidade dos temas em discussão, realçou o fato de que haverá aspetos que estão a ser negociados com os EUA com ganhos de causa para a Europa, devendo o veredito final em relação às vantagens e desvantagens apenas dever ser formulado uma vez concluídas e conhecidas as negociações, ainda em curso, sobre o TTIP.

- **A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP)**, acompanhando as preocupações manifestadas pelo BE, bem como o projeto de resolução em discussão, referiu que o



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL

acesso aos documentos relativos ao Acordo só foi assegurado tardiamente, muito devido à contestação existente, e nos moldes que a Embaixada dos Estados Unidos agora permite aos Deputados portugueses, sendo que para se garantir que o processo de negociação fosse transparente, o acesso aos documentos não deveria ter estas restrições. Conforme declarações de um Prémio Nobel da Economia, Stiglitz, este Acordo premeia as grandes empresas e as multinacionais e não as pequenas e médias empresas. Por fim, notou que, quanto aos efeitos no emprego, estudos da própria União Europeia demonstram uma potencial perda acima de 1 milhão de postos de trabalho na Europa. Este tipo de acordos apontam para uma nivelção por baixo dos padrões regulatórios, pelo que o PCP acompanha este projeto de resolução, devendo Portugal rejeitar este acordo e defender os interesses nacionais, quer junto da União Europeia, quer junto de outras instâncias internacionais.

- **O Senhor Deputado José Soeiro (BE)** sublinhou haver opiniões claramente diferentes neste debate, retomando os aspetos do Acordo que fundamentam as preocupações que justificam o projeto de resolução para concluir que a posição que melhor salvaguarda os interesses da Europa e de Portugal é a rejeição deste Acordo e dos objetivos que estão na sua origem.

#### **4. Designação da Delegação da CAE à 7.ª Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum (PESC/PCSD): 4 - 6 de setembro 2015, no Luxemburgo.**

A Chefia da Delegação da Assembleia da República cabe à Comissão de Assuntos Europeus e, tendo em conta as anteriores participações em conferências interparlamentares, a representação da CAE na VII PESC/PCSD caberia ao PSD e ao PS. Convidados, pelo Senhor Presidente, a indicarem os Senhores Deputados representantes da CAE, o Grupo Parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado Carlos Costa Neves e o Grupo Parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado Vitalino Canas.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**ACTA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL**

**5. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

- a) **Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da **Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas** no que diz respeito a questões não relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal e **Proposta de DECISÃO DO CONSELHO - Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas** no que diz respeito a questões relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal – **COM(2015)84 e 86**, *objeto de relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura*

**Deputado Autor do Parecer:** José Soeiro

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

A pedido do Senhor Deputado José Soeiro, o Parecer tinha sido apresentado pelo Senhor Presidente da CAE na reunião de 23/6/2015, tendo a respetiva apreciação sido adiada.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) suscitou dúvidas em relação ao cumprimento do princípio da subsidiariedade e propôs um aditamento ao texto do Parecer da CAE.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Vitalino Canas (PS) e Carlos Costa Neves (PSD) no sentido de adiar a votação deste Parecer para permitir a sua melhor análise.

Ficou determinado o adiamento da votação deste parecer para a próxima reunião ordinária da Comissão, devendo os serviços de apoio à CAE providenciar a distribuição do aditamento sugerido pela Senhora Deputada Carla Cruz (PCP), de informação sobre a adesão de Portugal à Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas, bem como das competências referidas pela



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL

Comissão sobre esta iniciativa de matéria partilhada e de matéria exclusiva dos Estados Membros.

- b) PACOTE UNIÃO DA ENERGIA COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO Uma estratégia-quadro para uma União da Energia resiliente dotada de uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro – COM(2015)80, objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas**

**Deputado Autor do Parecer:** António Cardoso

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

Apresentou o Parecer o Senhor Deputado António Cardoso (PS), o qual, submetido à votação, foi aprovado com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE, e com a abstenção do Grupo Parlamentar do PCP.

- c) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 116/2009 do Conselho de 18 de dezembro de 2008 relativo à exportação de bens culturais 1 de janeiro de 2011 \_ 31 de dezembro de 2013- COM(2015)144, objeto de relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

**Deputada Autora do Parecer:** Paula Gonçalves

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

Apresentou o Parecer a Senhora Deputada Paula Gonçalves (PSD), o qual, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes, com registo de ausência do BE.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**ACTA NÚMERO 218/XIII/ 4.ª SL**

- d) RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO SOBRE A APLICAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES GERAIS PARA AS POLÍTICAS ECONÓMICAS DOS ESTADOS-MEMBROS CUJA MOEDA É O EURO- COM(2015)251, objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública**

**Deputado Autor do Parecer:** Carlos Costa Neves

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

Apresentou o Parecer o Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD), o qual, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes, com registo de ausência do BE.

- e) RECOMENDAÇÃO DE RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO RELATIVA AO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMAS PARA 2015 DE PORTUGAL e que formula um Parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade para 2015 de Portugal- COM(2015)271, objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública**

**Deputado Autor do Parecer:** Rui Barreto

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

Foi adiado para a próxima reunião da Comissão de Assuntos Europeus.

**6. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

- a) RELATÓRIO DA COMISSÃO \_ RELATÓRIO ANUAL 2012-2013 SOBRE A APLICAÇÃO DO REGULAMENTO (CE) n.º 953/2003 DO CONSELHO, DE 26 DE MAIO, destinado a evitar o desvio de certos medicamentos essenciais para a União Europeia – COM(2014)737, objeto de relatório da Comissão de Saúde.**

**Deputado Autor do Parecer:** Cabe ao PSD



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 218/XIII/ 4.ª SL

O Grupo parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado Carlos São Martinho.

**b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO** Alcançar o objetivo de 10 % de interligação elétrica Preparar a rede elétrica europeia para 2020 – COM(2015)82, objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

**Deputado Autor do Parecer:** Cabe ao PS

O Grupo parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado António Cardoso.

#### **7. Apreciação e votação da Ata n.º 215, referente à reunião de 23 de junho de 2015.**

Colocada à votação a Ata n.º 215, referente à reunião de 23 de junho de 2015, a mesma foi aprovada por unanimidade dos presentes, registando-se a ausência do BE.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18h30, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 julho 2015.

**O PRESIDENTE**

**(PAULO MOTA PINTO)**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
Ana Catarina Mendonça Mendes  
António Cardoso  
António Rodrigues  
Bravo Nico  
Carla Cruz  
Carlos Costa Neves  
Carlos São Martinho  
Duarte Marques  
Gabriel Côrte-Real Goucha  
Ivo Oliveira  
Jacinto Serrão  
João Lobo  
José Moura Soeiro  
José Ribeiro e Castro  
Nuno Filipe Matias  
Paula Gonçalves  
Paulo Mota Pinto  
Rui Barreto  
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Lídia Bulcão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: